**ATA Nº 4173**

Aos vinte sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, com início às vinte horas, tendo por local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores desta cidade, realizou-se uma **SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA,** a trigésima sétima Sessão Ordinária da Sessão Legislativa do ano de dois mil e vinte e seis. O Presidente, Vereador Leonardo André Krindges, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Plenária Ordinária. Na sequência, saudou os senhores Vereadores e Vereadoras, estendendo os cumprimentos a todos que acompanham a Sessão pelas redes sociais (Facebook e Youtube), bem como às pessoas presentes no Plenário. Desejando boas-vindas a todos. Em seguida, procedeu-se à verificação do quórum regimental, constatando-se a presença dos Vereadores Leonardo André Krindges (PSDB); Odelei Backes (Progressistas), Marlei Inês Ritterbusch (Progressistas), Gelci Salete Baudino de Moura; Gilmar Castanho (Progressistas), Cassiano Dreifke da Silva (Progressistas); Agenor Finck (MDB); Marlene Soares (PL) e, Vereador Maico Roberto Hermes (PDT). Prosseguindo, o Presidente, Vereador Leonardo André Krindges, procedeu à leitura de uma passagem do Livro Sagrado. Após, o Presidente colocou em discussão a **Ata nº 4171** da Audiência Pública realizada aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. Não havendo quem quisesse se manifestar, a Ata acima mencionada foi colocada em votação, tendo sido **APROVADA** por unanimidade de votos. A seguir, o Presidente colocou em discussão a **Ata nº 4172** da Sessão Ordinária realizada aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. Não havendo quem quisesse se manifestar, a Ata acima mencionada foi colocada em votação, tendo sido **APROVADA** por unanimidade de votos. Dando prosseguindo aos trabalhos, o Presidente anunciou o início da Primeira Fase da Sessão, ou seja, do **PEQUENO EXPEDIENTE**, com duração de até 30 (trinta minutos) improrrogáveis, que corresponde à leitura das correspondências expedidas e recebidas pelo Poder Legislativo e, de imediato, o Presidente solicitou para a Primeira-Secretária, Vereadora Marlei Ritterbusch e ao Segundo-Secretário, Vereador Odelei Backes, para proceder a leitura das correspondências. Foi lida a seguinte matéria, que será encaminhada às Comissões competentes para estudo e posterior votação: **PROJETO DE LEI Nº 050/2026** – Altera requisitos de idade para provimento do cardo de professor previsto no Anexo Único da Lei Municipal nº 1.848, de 19 de abril de 2007. Após a leitura do projeto o Presidente colocou em votação o pedido de Regime de Urgência do projeto, tendo sido Aprovado por unanimidade de votos. **PROJETO DE LEI Nº 051/2026** – Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município, indica recursos e dá outras providências. Após a leitura do projeto o Presidente colocou em votação o pedido de Regime de Urgência do projeto, tendo sido Aprovado por unanimidade de votos. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente declarou encerrado o Pequeno Expediente e anunciou o início da Segunda Fase da Sessão, denominada **GRANDE EXPEDIENTE**, nos termos do Art. 113, do Regimento Interno da Câmara Municipal. Seguindo a ordem de inscrição, ocuparam a Tribuna os Vereadores Gilmar Castanho,

Odelei Backes, Marlene Soares, Agenor Finck e Cassiano Dreifke da Silva. Os Vereadores Leonardo André Krindges e Maico Roberto Hermes, bem como as Vereadoras Gelci Baudino de Moura e Marlei Inês Ritterbusch, dispensaram o uso da Tribuna na presente Sessão Ordinária. Primeiramente, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR GILMAR CASTANHO**, que falou o seguinte: O vereador Gilmar Castanho iniciou seu pronunciamento saudando o presidente da Casa, vereador Leonardo André Krindges, e, em seu nome, os demais vereadores, o assessor jurídico da Casa, doutor Marlon, os funcionários, a filha de Odelei Backes, que estava presente, e as pessoas que acompanhavam a sessão por meio do Facebook e do YouTube. Na sequência, o vereador afirmou que não poderia deixar de abordar o assunto das eleições. Relatou que a campanha do candidato Flávio se encaminhava de maneira positiva, com propostas bem apresentadas e adesão da população. Segundo ele, as pesquisas indicavam que Flávio seria o próximo presidente. Destacou que o candidato participou de debates, apresentou os problemas do Brasil e expôs possíveis soluções. Entretanto, afirmou que, no dia da eleição, uma decisão de prorrogar a votação por duas horas, situação que declarou nunca ter presenciado, teria mudado o rumo da disputa, frustrando as expectativas de grande parte da população brasileira, que esperava melhorias. Gilmar Castanho declarou que, em sua avaliação, os nove milhões de votos que os outros candidatos haviam obtido teriam sido alcançados pelo candidato vencedor, que ainda teria conseguido praticamente a totalidade dos votos daqueles que não haviam votado no primeiro turno. O vereador considerou matematicamente impossível que isso tivesse acontecido e afirmou que o Brasil estaria vivendo em um país onde, segundo sua opinião, não existiria mais lei. Criticou o que considerou uma contradição entre o discurso de defesa da democracia e as ações de perseguição aos adversários políticos. Também afirmou que a Constituição e a legislação eleitoral estariam sendo desrespeitadas. Em seguida, o vereador mencionou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Zanin, indicado pelo presidente Lula e que, conforme destacou, havia atuado como advogado do presidente. Gilmar Castanho criticou a atuação do ministro na Justiça Eleitoral e afirmou que essa interferência teria deixado dúvidas em relação ao processo eleitoral. Na avaliação do vereador, enquanto o sistema atual permanecer e o STF continuar exercendo esse poder, dificilmente a direita conseguirá eleger um presidente da República. Acrescentou que, infelizmente, a população teria de conviver com um presidente que, segundo ele, estaria virando as costas para os problemas do país. O vereador passou a abordar a situação econômica, especialmente as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, que, segundo ele, estariam cada vez mais endividados. Criticou a medida provisória apresentada pelo presidente, afirmando que ela não contemplaria todos os produtores. Destacou que o candidato Flávio havia se comprometido a realizar a securitização das dívidas e afirmou que muitos produtores tinham conhecimento desse compromisso, mas, ainda assim, acabaram votando no atual presidente. Na sequência, Gilmar Castanho mencionou a vereadora Marlene Soares ao abordar a dificuldade de compreender que pessoas da mesma comunidade de credo religioso, que, segundo ele,

defendem a família e compartilham determinados ideais, tenham votado contra esses princípios. O vereador também demonstrou insatisfação com o fato de muitos funcionários públicos, que cobram dos vereadores aumentos salariais, terem votado no presidente Lula. Argumentou que o governo federal estaria contribuindo para a diminuição da arrecadação municipal, o que, em sua avaliação, dificultaria a concessão de reajustes aos servidores públicos. Dando continuidade ao pronunciamento, o vereador afirmou que a confiança no sistema eleitoral brasileiro estaria diminuindo cada vez mais. Declarou que, na eleição anterior, o processo teria transcorrido normalmente nos estados e municípios, mas que, em sua interpretação, as irregularidades teriam ocorrido na disputa pela Presidência da República. Questionou os motivos dessa situação e explicou que, por o Brasil adotar o sistema presidencialista, o presidente teria maior poder de decisão, uma vez que dispõe da prerrogativa de sancionar decretos, editar medidas provisórias e encaminhar projetos de lei aos deputados para aprovação. Acrescentou que deputados e senadores teriam como principal atribuição legislar, enquanto o presidente concentraria poderes importantes na condução do país. Em seguida, Gilmar Castanho dirigiu-se à população que acompanhava a sessão e afirmou que, infelizmente, os próximos quatro anos seriam difíceis. Manifestou a expectativa de que a economia piorasse e dirigiu-se às pessoas que haviam votado em Luiz Inácio Lula da Silva, desejando-lhes boa sorte. Acrescentou que aqueles que haviam votado em Flávio também teriam de enfrentar as consequências do resultado eleitoral. Ressaltou que a situação não seria fácil, pois, segundo ele, o país já enfrentava dificuldades e poderia passar por um período ainda mais complicado nos quatro anos seguintes. O vereador demonstrou preocupação com o futuro da agricultura e das empresas, afirmando que os produtores rurais continuariam enfrentando dificuldades e que empresas estariam deixando o país. Também declarou que os juros aumentariam, que o dólar já havia subido e que, em sua avaliação, o Brasil estaria caminhando para uma situação econômica cada vez mais difícil. Por fim, Gilmar Castanho afirmou que, diante do poder que atribuiu ao STF e da decisão de muitos brasileiros de não promover mudanças, restaria à população aceitar o resultado das eleições. Ao encerrar seu pronunciamento, declarou que essas eram as considerações que tinha para aquela noite e agradeceu ao presidente da Casa pela oportunidade de manifestação. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR ODELEI BACKES**, que falou o seguinte: O vereador Odelei Backes iniciou seu pronunciamento saudando o presidente da Câmara, Leonardo André Krindges, os demais vereadores, o assessor jurídico Marlon, as servidoras da Casa, as pessoas que acompanhavam a sessão pelas redes sociais e Isabele, que, segundo ele, sempre acompanha as sessões. Primeiramente, o vereador abordou a entrega das casas populares, realizada na quinta-feira, destacando a satisfação em saber que diversas famílias poderão deixar de pagar aluguel e iniciar uma nova etapa de suas vidas. Parabenizou as famílias que atenderam aos requisitos estabelecidos no edital para conseguir suas casas próprias, ressaltando que não se tratava simplesmente de famílias contempladas, mas de pessoas que

cumpriram as exigências necessárias para participar do processo. Também parabenizou a Administração Municipal, a Secretaria de Assistência Social e a equipe de Engenharia pelo trabalho realizado. Destacou que ainda existem muitas famílias que necessitam de moradia, mas considerou que o município está avançando nessa área, justamente em uma pauta pela qual os vereadores lutam e fazem cobranças. O vereador mencionou ainda que o município possui uma área já paga e que, nos próximos dias, deverá começar o processo de legalização dos lotes. Acredita que, com isso, mais famílias poderão ser beneficiadas com suas casas próprias e deixar de pagar aluguel. Ressaltou que a conquista de um lar representa a realização de um sonho para muitas famílias e desejou que elas possam aproveitar esse momento especial, cercadas de motivos para celebrar e compartilhar a felicidade com seus familiares. Na sequência, Odelei Backes agradeceu à Secretaria de Obras pelo atendimento de algumas demandas que havia encaminhado, destacando os serviços prestados a famílias que estão iniciando atividades na produção primária e estruturando um tambo de leite. Ressaltou a importância dessa assistência oferecida pelo município, reconhecendo que nem sempre é possível atender a todos, mas que, em determinadas situações, a realização dos serviços básicos já representa um auxílio importante para as famílias. O vereador também solicitou, de maneira encarecida, que a Secretaria de Obras analisasse a situação da RS-330, no trecho entre Góis e São Roque, por onde passou durante o fim de semana e que, segundo ele, se encontrava intransitável. Declarou não ter esperança de que o DAER realizasse a manutenção daquele trecho ainda naquele ano e informou que já havia conversado com o prefeito sobre o assunto. Mesmo assim, decidiu reforçar publicamente o pedido para que a estrada fosse recuperada. Destacou que o período de safra e plantio estava se aproximando e que a comunidade daquela região enfrentava muitas dificuldades para transitar pelo trajeto. Em relação ao Projeto nº 048/2026, referente ao repasse de recursos ao SAMU, o vereador informou que se posicionaria sobre o assunto na semana seguinte, pois considerava necessário amadurecer melhor a ideia. Declarou ser totalmente favorável ao repasse de valores pelo município para o SAMU e o hospital, a fim de garantir o funcionamento dos serviços. Ressaltou que deseja que esses atendimentos continuem funcionando no município, pois reconhece sua importância para a população. Entretanto, destacou que os repasses devem ocorrer sempre dentro da legalidade e com a devida prestação de contas, por se tratar de dinheiro público. Mencionou o pronunciamento anterior do vereador Gilmar Castanho, que havia comentado sobre as dificuldades econômicas e os anos difíceis que estariam por vir, e afirmou que o debate sobre o projeto deveria ser retomado em uma próxima sessão. Dando continuidade ao pronunciamento, Odelei Backes destacou que o dia 28 de outubro seria o Dia do Servidor Público e aproveitou a oportunidade para falar sobre as dificuldades enfrentadas pela categoria, especialmente a partir de sua própria experiência como servidor público. Ressaltou que a população e o município precisam compreender a importância desses profissionais para o funcionamento dos serviços públicos. Explicou que, quando alguém precisa de uma estrada

em boas condições, são os servidores públicos, como os operadores de máquinas, que realizam os serviços de manutenção. Quando há necessidade de limpeza das ruas, são os servidores que executam esse trabalho. Da mesma forma, quando as crianças frequentam as escolas, são os profissionais do serviço público que cuidam delas, assim como os motoristas responsáveis pelo transporte escolar. Também destacou que, quando alguém está doente ou precisa de acolhimento na área da saúde, são os servidores públicos que prestam esse atendimento. Diante disso, o vereador defendeu a valorização dos servidores e afirmou que estava sentindo na própria pele as dificuldades enfrentadas pela categoria. Explicou que os problemas não eram recentes e que, ao considerar os últimos 20, 25 ou 30 anos, percebia que os servidores públicos vinham sofrendo com a falta de valorização. Relatou que, ao conversar com seus colegas, constatava que essa situação já acontecia há bastante tempo. Mencionou que os reajustes salariais frequentemente ficavam abaixo do salário mínimo, prejudicando os rendimentos dos trabalhadores. Odelei Backes também recordou a reforma do IPE, realizada pelo Estado, afirmando que os servidores públicos foram prejudicados por suas consequências, embora reconhecesse que a medida havia sido considerada necessária. Da mesma forma, mencionou a reforma da Previdência, destacando que ela era necessária para garantir a aposentadoria dos trabalhadores. Entretanto, observou que algumas categorias precisam receber complementação salarial para alcançar o salário mínimo, situação que, segundo ele, demonstra as dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos. Na sequência, dirigiu-se ao vereador Maico Roberto Hermes, lembrando que ele esteve à frente da Administração Municipal durante três mandatos. Afirmou que, naquele período, os servidores também enfrentaram dificuldades e considerou que todos possuem alguma responsabilidade pela situação atual. Recordou que, ao longo de 12 anos, ocorreram situações em que os trabalhadores realizavam horas extras e, ao final do ano, perdiam entre 300 e 400 horas trabalhadas sem receber o pagamento correspondente. Também mencionou que os dissídios salariais eram de 2% ou 3%, parcelados em pagamentos de 1% ao mês, sendo que o reajuste somente era recebido integralmente por volta da metade do ano. O vereador afirmou que essa falta de valorização se prolongava havia muitos anos e que, por esse motivo, os servidores públicos enfrentavam dificuldades salariais. Recordou ainda que o pagamento do décimo terceiro salário já havia sido parcelado em administrações anteriores, situação que obrigava os servidores a recorrerem aos bancos para parcelar seus compromissos financeiros. Ressaltou que esses acontecimentos ocorreram anos atrás, mas que seus efeitos continuavam sendo sentidos pelos trabalhadores. Odelei Backes pediu que todas as administrações municipais refletissem sobre a situação dos servidores públicos, especialmente por ocasião de seu dia comemorativo. Também se dirigiu ao vereador Agenor Finck, lembrando que ele já havia exercido o cargo de prefeito e poderia comentar sobre as dificuldades enfrentadas pelos funcionários durante sua administração. Segundo o vereador, os problemas de valorização já existiam naquela época e contribuíram para a situação salarial observada atualmente. Em seguida, pediu desculpas ao presidente da Câmara por prolongar o

assunto, mas explicou que precisava manifestar sua preocupação, pois estava defendendo a própria categoria e considerava que os servidores públicos sofriam havia muitos anos. Para reforçar sua argumentação, citou uma frase que, segundo ele, era frequentemente utilizada por seu colega Darci: “Se os funcionários bons são tratados igual aos ruins, os ruins não melhoram e os bons acabam desanimando”. O vereador considerou a frase muito importante para a reflexão sobre a valorização dos profissionais do serviço público. Por fim, Odelei Backes parabenizou todos os servidores públicos, incluindo os colegas vereadores que também pertencem à categoria, reconhecendo o trabalho que realizam diariamente para atender à população. Ao encerrar, mencionou novamente as dificuldades enfrentadas pelo Brasil, assunto que também havia sido abordado pelo vereador Gilmar Castanho. Ressaltou que era necessário aceitar o resultado das eleições, desejar que o presidente da República realize um bom trabalho e esperar que o município tenha prosperidade. Destacou a importância de continuar trabalhando, olhar para frente e buscar o trabalho conjunto em benefício da população. Finalizou agradecendo ao presidente da Câmara pela oportunidade de manifestação. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra para a **VEREADORA MARLENE SOARES**, que falou o seguinte: A vereadora Marlene Soares iniciou seu pronunciamento saudando o presidente da Casa, vereador Leonardo André Krindges, os demais colegas vereadores, as servidoras da Câmara, o assessor jurídico Marlon, Isabele e todas as pessoas que acompanhavam e compartilhavam a sessão por meio das redes sociais. Na sequência, relatou que, ao refletir sobre as manifestações dos vereadores Odelei Backes e Gilmar Castanho, alguns pensamentos lhe vieram à mente, os quais considerou importante compartilhar. A vereadora afirmou que, quando deseja falar sobre determinado assunto, costuma se manifestar, mesmo que, em algumas ocasiões, fique um pouco nervosa ao falar em público. Ao abordar o Dia do Servidor Público, celebrado no dia seguinte, parabenizou todos os servidores e compartilhou sua experiência, destacando que trabalhou durante 38 anos como servidora pública no município. Recordou que ficava feliz quando chegava o Dia do Servidor, pois havia feriado, o que representava uma oportunidade de descanso após uma rotina de muito trabalho. Ressaltou que sempre se dedicou bastante às suas funções e que, por isso, valorizava aquele dia de folga. A vereadora também comentou as palavras do vereador Odelei Backes sobre as dificuldades salariais enfrentadas pelos servidores públicos. Lembrou que, durante o período em que Agenor Finck foi prefeito, ela trabalhava como servidora pública e que, ao longo das diferentes administrações municipais pelas quais passou, as dificuldades relacionadas aos salários estiveram presentes. Acrescentou que também foi servidora pública estadual e que, nessa função, enfrentou dificuldades salariais. Em seguida, Marlene Soares afirmou que, na eleição, os servidores públicos, tanto estaduais quanto municipais, tiveram a oportunidade de buscar uma mudança que, em sua avaliação, poderia contribuir para a melhoria dos salários. Explicou que a remuneração dos servidores não depende exclusivamente das administrações municipais ou estaduais, pois também sofre influência das decisões tomadas em nível federal. Por isso,

convidou os presentes a refletirem sobre quantos anos o país estava sem um presidente de direita no governo, considerando que essa alternativa poderia proporcionar melhores condições salariais aos servidores públicos. A vereadora destacou que, naquele momento, o Rio Grande do Sul contava com um governador e uma vice-governadora de direita, manifestando a expectativa de que o Estado pudesse viver dias melhores. Entretanto, afirmou que essas perspectivas poderiam ser dificultadas pela atuação do presidente da República. Segundo ela, quando há intenção de cometer injustiças, elas acabam acontecendo, acrescentando que, na sua percepção, situações que considera corretas estariam sendo tratadas como erradas, enquanto atitudes erradas estariam sendo consideradas corretas. Marlene Soares mencionou que, há bastante tempo, vinha observando situações que, em sua opinião, demonstravam essa inversão de valores. Citou como exemplo o que considerou ser uma realidade em que criminosos permanecem soltos enquanto pessoas inocentes são presas. Declarou que, diante desse cenário, as pessoas chegam a sentir receio de falar determinadas coisas. Na sequência, defendeu que, quando existe uma oportunidade de mudança, é necessário aproveitá-la e pensar de maneira diferente. A vereadora afirmou que a população já experimentou diferentes situações e presenciou muitos acontecimentos negativos, motivo pelo qual considera importante buscar alternativas. Explicou que não costuma insistir por muito tempo em algo que, em sua avaliação, não está dando certo, preferindo procurar outro caminho que possa oferecer melhores resultados. Por isso, defendeu que as pessoas também deveriam refletir, agir de maneira diferente e buscar dias melhores. A vereadora parabenizou aqueles que venceram a eleição e dirigiu-se às pessoas que, assim como ela, apoiaram o candidato que não venceu, afirmando que, caso os eleitores do candidato vencedor enfrentassem dificuldades, aqueles que haviam apoiado o outro candidato também sofreriam as consequências. Entretanto, declarou acreditar que os eleitores do candidato vencedor poderiam enfrentar dificuldades ainda maiores, pois, segundo ela, haviam depositado novamente sua confiança em alguém cujo governo já conheciam, mesmo diante das dificuldades que vinham enfrentando. Acrescentou que, para aqueles que já estavam acostumados com a situação anterior, as mudanças poderiam não ser tão significativas, pois já conviviam com aquelas dificuldades. Em contrapartida, afirmou que os eleitores que optaram novamente pelo candidato que já conheciam haviam feito essa escolha mesmo sabendo dos problemas existentes. Posteriormente, Marlene Soares agradeceu ao prefeito municipal por ter atendido a um pedido que havia encaminhado alguns meses antes, referente à reconstrução do abrigo localizado no bairro Portelinha, na Rua Ernesto José Gossler. Informou que o abrigo havia sido totalmente reconstruído e destacou sua importância para as pessoas que utilizam o local enquanto aguardam o transporte escolar e os veículos destinados ao deslocamento de trabalhadores para a Deale, a Friolack e outras empresas. A vereadora relatou que o abrigo se encontrava em péssimas condições e que havia passado pelo local no final daquela tarde, antes de comparecer à sessão. Ao verificar o resultado do serviço, considerou que o espaço havia ficado muito bom e agradeceu ao prefeito por ter

atendido à sua solicitação. Na sequência, agradeceu ao vice-prefeito Moacir pelo atendimento de outros pedidos que havia realizado, entre eles a limpeza de bueiros e a execução de serviços em algumas estradas. Informou que continuava buscando a realização de outros trabalhos necessários e que pretendia verificar quais serviços ainda precisavam ser executados para encaminhar novas solicitações. Marlene Soares reforçou que os vereadores estão trabalhando para buscar auxílio e melhorias para a população. Reconheceu que o município enfrenta muitas dificuldades e que as condições climáticas nem sempre têm contribuído para a realização dos serviços. Ressaltou que os problemas surgem de diferentes lados e que, mesmo diante dessas dificuldades, os vereadores continuam buscando a execução de trabalhos e colaborando com a Administração Municipal. A vereadora explicou que, dentro das possibilidades de atuação, os parlamentares realizam cobranças e encaminham demandas, embora nem todas possam ser atendidas. Destacou, contudo, que a impossibilidade de resolver algumas solicitações não significa que os vereadores deixem de cumprir seu papel ou de fazer a sua parte em benefício da comunidade. Por fim, Marlene Soares parabenizou as famílias contempladas com as casas populares e manifestou o desejo de que novas moradias sejam construídas durante os dois anos restantes do mandato da atual Administração Municipal. Reforçou que os vereadores continuarão cobrando e buscando a construção de mais casas, considerando que muitas pessoas ainda aguardam a oportunidade de conquistar a casa própria. Ao encerrar seu pronunciamento, afirmou que essas eram as considerações que tinha para aquela noite, agradeceu a todos pela atenção e desejou uma boa noite aos presentes. Ato contínuo, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR AGENOR FINCK**, que falou o seguinte: Inicialmente, o vereador Agenor Finck cumprimentou o presidente da Câmara, vereador Leonardo André Krindges, estendendo suas saudações aos demais colegas vereadores, à Isabelle, que acompanhava a sessão, e aos funcionários da assessoria jurídica, que prestam auxílio sempre que necessário para resolver as demandas da melhor forma possível. Destacou que o trabalho dos vereadores consiste em desempenhar suas funções conforme as expectativas da população. O vereador afirmou que havia diversos assuntos que poderiam ser comentados por mais de uma hora, mas, considerando o tempo disponível, optaria por abordar inicialmente questões relacionadas à Secretaria de Obras. Reconheceu o serviço realizado na Linha São Paulo, solicitado aproximadamente duas semanas antes, e informou que esteve no local naquele dia para verificar a conclusão dos trabalhos. Explicou que o problema envolvia um bueiro que vinha da escola EFOC e seguia em direção à comunidade, próximo à capela localizada mais abaixo, onde anteriormente ficava a propriedade de Madruguinha. A água estava escorrendo pela estrada, mas a situação havia sido resolvida. Na avaliação do vereador, o resultado estava satisfatório naquele momento. Em seguida, relatou que, ao observar as estradas naquele dia, percebeu que, após a propriedade de Ivaldo Fiedler, na Linha Borges, em direção à propriedade de Elmo Kunrath, estavam se formando três pontos de acúmulo de barro, principalmente nos locais onde a água atravessa a estrada. Considerou que uma pequena carga

de brita seria suficiente para resolver o problema e ressaltou a importância de realizar esse serviço. Na sequência, o vereador fez dois pedidos relacionados aos serviços urbanos. O primeiro dizia respeito ao fechamento da rua em frente à praça e à igreja para a realização de um feirão de veículos. Informou que diversas pessoas o haviam procurado naquele dia para comentar a situação. Observou que a maioria das empresas que comercializam veículos em Chapada já está localizada praticamente no centro da cidade, havendo poucas empresas fora dessa região. Destacou que o local em questão representa uma das principais entradas do município e que, quando as pessoas chegam à praça e à Silker, precisam realizar desvios, dobrando para um lado e depois para o outro. Diante disso, solicitou que os responsáveis pelos serviços urbanos estudassem a possibilidade de realizar o feirão em outro local, onde causasse menos transtornos à população. Reconheceu que as empresas precisam vender seus veículos e que o momento econômico é marcado por uma crise, mas ressaltou que isso não justifica prejudicar as pessoas que precisam transitar pelas ruas. Defendeu, portanto, que seja encontrada uma alternativa que permita a realização do evento sem comprometer tanto a circulação dos moradores. O segundo pedido estava relacionado ao Dia de Finados. O vereador relatou que esteve no cemitério naquele dia, inclusive no cemitério municipal, e demonstrou preocupação com as condições do local. Observou que a entrada do cemitério municipal estava tão deteriorada que já não havia sequer um degrau adequado, afirmando que o espaço estava abandonado. Solicitou atenção não apenas para o cemitério municipal, mas também para os demais cemitérios do município. Agenor Finck sugeriu que fossem disponibilizados contêineres para o recolhimento das flores antigas que são substituídas nessa época, facilitando o trabalho das empresas responsáveis pela coleta de lixo em Chapada e evitando que os resíduos ficassem espalhados pelas ruas, prejudicando a aparência dos locais. Como exemplo, mencionou que a comunidade evangélica havia colocado um bag em frente ao cemitério para recolher flores velhas e outros resíduos. Considerou que essa também seria uma alternativa viável caso não houvesse contêineres disponíveis, pois os bags poderiam facilitar a coleta e a organização dos materiais descartados. Na continuidade de seu pronunciamento, o vereador associou-se à homenagem feita pelo presidente Leonardo André Krindges aos servidores públicos, lembrando que a vereadora Marlene Soares também havia abordado o assunto. Afirmou que ser servidor público é uma missão que, infelizmente, nem todos compreendem. Destacou que a maioria entende a importância dessa missão e encara suas funções como um trabalho de responsabilidade, motivo pelo qual são reconhecidos como servidores públicos. Em razão da data comemorativa, Agenor Finck manifestou, em seu nome particular e em nome do Poder Legislativo, a intenção de homenagear todos os servidores públicos, incluindo os aposentados e aqueles que já faleceram. Ressaltou que essas pessoas contribuíram para a construção do município ao longo dos anos, desempenhando suas funções com responsabilidade, seriedade e competência. Ao abordar os projetos que seriam votados naquela sessão, o vereador destacou o projeto relacionado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), afirmando que

gostaria de apresentar algumas considerações sobre o assunto. Explicou que a versão das informações apresentada à Câmara não correspondia, em sua avaliação, ao conteúdo efetivamente exposto pelo Tribunal de Contas. Informou que teve a oportunidade de ler integralmente o parecer do órgão, desde as páginas 89 ou 90, onde se inicia a análise, até a conclusão, localizada na página 101. O vereador considerou que a maioria dos colegas não havia tido tempo suficiente para conhecer detalhadamente a questão. Em seguida, destacou a importância do Hospital Beneficente São José, constituído em 10 de janeiro de 1954, que presta serviços à comunidade há mais de 70 anos. Definiu a instituição como um patrimônio da comunidade chapadense, que merece respeito e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ao longo de sua história. Agenor Finck reconheceu que o hospital já enfrentou dificuldades e problemas em algumas ocasiões, mas ressaltou que os vereadores têm a obrigação de fiscalizar tanto o Poder Executivo quanto a aplicação dos recursos públicos. Na sua avaliação, o principal problema apontado no caso não estava no hospital, mas na falta de governança da Prefeitura Municipal. Recomendou que os colegas lessem o parecer do Tribunal de Contas, afirmando que encontrariam elementos que sustentavam sua interpretação. Segundo o vereador, o parecer apontava falhas desde a elaboração do instrumento firmado em 2024, incluindo a ausência de definição do objeto, de metas, de prazos, de acompanhamento, de cronograma de desembolso e de exigências claras para a prestação de contas, como datas e períodos estabelecidos. Ressaltou que essas informações não estavam devidamente previstas no contrato realizado naquele ano, o que, em sua avaliação, demonstrava problemas na organização e no acompanhamento do convênio por parte da Prefeitura Municipal. Ao tratar da ampliação dos valores destinados ao serviço, o vereador parabenizou o Poder Executivo pela iniciativa. Entretanto, afirmou que, caso o aumento não pudesse ter sido realizado da forma proposta, teria ocorrido uma falha da assessoria jurídica, que não identificou o problema em dezembro do ano anterior. Acrescentou que a complementação dos recursos seria possível, pois havia uma resolução mencionada no parecer do Tribunal de Contas que autorizava a composição do financiamento com 50% de recursos da União, 25% do município e 25% do Estado. Explicou que essa possibilidade estava fundamentada no artigo 40 do Ministério da Saúde e na Portaria nº 10, de 2012, desde que houvesse aprovação da Comissão Intergestores Tripartite. Conforme relatou, essa comissão aprovou a complementação dos recursos em 26 de junho daquele ano, e a documentação comprobatória estava anexada ao projeto em análise. Para o vereador, esse fato demonstrava que havia respaldo para a complementação financeira proposta. Agenor Finck mencionou ainda que, na página 94 do parecer, era destacada a fragilidade do poder de fiscalização do ente público responsável pela contratação, ou seja, a Prefeitura Municipal. Em seguida, referiu-se às disposições do convênio apresentadas na página 95, segundo as quais o repasse deveria ocorrer até o quinto dia do mês subsequente. Observou, contudo, que o hospital somente recebe os valores quando o Estado e a União realizam as respectivas transferências, situação que também precisava ser considerada na análise do funcionamento

do convênio. Ao encaminhar a conclusão de sua manifestação, o vereador defendeu que seria sensato promover uma conversa tanto com a administração do Hospital Beneficente São José quanto com a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de esclarecer os fatos e evitar interpretações equivocadas. Ressaltou a importância do diálogo entre as partes para que a situação fosse compreendida de maneira adequada. Por fim, informou que teve a oportunidade de calcular a correção monetária do valor desde a assinatura do primeiro convênio, em 28 de outubro de 2024. Segundo sua estimativa, considerando a correção pela poupança, o montante atualizado até 28 de outubro de 2026 corresponderia a R$ 45.146,00. Com isso, afirmou que não identificava desperdício de recursos nesse aspecto. O vereador concluiu defendendo que a situação não deveria contribuir para dividir a comunidade chapadense. Pelo contrário, considerou fundamental preservar a união e construir uma ponte de diálogo entre o Poder Executivo Municipal e o Hospital Beneficente São José, para que a parceria fosse fortalecida e os serviços prestados à população pudessem ser realizados cada vez com mais competência e seriedade. Ao final, agradeceu a todos. Por fim, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR CASSIANO DREIFKE DA SILVA**, que disse seguinte: Inicialmente, o vereador Cassiano Dreifke da Silva saudou o presidente da Câmara, Leonardo André Krindges, estendendo seus cumprimentos aos demais colegas vereadores, ao assessor jurídico Marlon, às servidoras da Casa, especialmente à Júlia, que presta auxílio aos parlamentares, às pessoas que acompanhavam a sessão pelo Facebook e pelo YouTube e aos presentes no plenário, em especial à Isabele, que sempre prestigia as sessões com sua presença. Em seguida, o vereador agradeceu ao Poder Executivo Municipal pelo atendimento de uma demanda que havia encaminhado, originada de uma solicitação dos pais das crianças da Creche Dona Ziza. O pedido consistia na instalação de um toldo na entrada da instituição, devido às dificuldades enfrentadas pelos pais e alunos em dias de chuva, especialmente porque o acesso possui uma escadaria relativamente longa. Cassiano Dreifke da Silva destacou que os suportes de ferro para a sustentação do toldo já haviam sido fixados e que, posteriormente, a cobertura seria instalada. Agradeceu e parabenizou o Executivo Municipal pela atenção dedicada à educação do município e às crianças. Ressaltou que a municipalidade atende muitas crianças com qualidade e que a iniciativa contribuirá para melhorar as condições de acesso à creche, proporcionando mais conforto e proteção em dias chuvosos. Na sequência, o vereador abordou o Projeto de Lei nº 048/2026, relacionado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Solicitou autorização ao presidente da Câmara para que o assessor jurídico pudesse apresentar uma breve explicação sobre o projeto, permitindo que a população que acompanhava a sessão também compreendesse melhor o assunto. O vereador afirmou acreditar que todos os parlamentares desejam o bem do Hospital Beneficente São José e do SAMU e que, caso a proposta pudesse ser aprovada, os vereadores seriam os primeiros a apoiá-la. Entretanto, explicou que, conforme as informações disponíveis, havia sido realizado algum apontamento em relação ao projeto. Por esse motivo, considerou importante que o assessor

jurídico esclarecesse a situação, para que os vereadores e a comunidade pudessem compreender os motivos envolvidos e avaliar a questão com mais informações. Posteriormente, Cassiano Dreifke da Silva parabenizou os alunos, os professores e toda a direção da APAE pela participação no Festival Estadual Nossa Arte, realizado entre os dias 20 e 23 de outubro, em Porto Alegre. Destacou que os alunos participaram de uma apresentação teatral, à qual ele não teve a oportunidade de assistir pessoalmente, mas ressaltou a beleza das vestimentas utilizadas pelos participantes. O vereador sugeriu que a Câmara Municipal encaminhasse um convite aos alunos para que apresentassem o teatro durante uma das sessões do Legislativo. Considerou que seria uma iniciativa muito interessante, pois permitiria que os vereadores e a população acompanhassem a apresentação e reconhecessem o trabalho desenvolvido pela instituição. Ressaltou que atividades como essa fortalecem a importância da APAE e demonstram a qualidade do atendimento oferecido aos alunos. Defendeu que a apresentação seria uma oportunidade de valorizar não apenas a instituição, os professores e a direção, mas principalmente os próprios alunos, reconhecendo seu empenho e suas capacidades. Por isso, sugeriu o envio de um ofício da Câmara convidando os participantes para uma sessão, destacando que seria um momento especial tanto para os parlamentares quanto para toda a comunidade chapadense. Em seguida, o vereador abordou a proximidade do Dia de Finados e a necessidade de cuidados preventivos nos cemitérios. Comentou que havia conversado com os agentes de endemias e que existia preocupação com o aumento de objetos e recipientes utilizados para homenagear os entes queridos, especialmente flores e vasos que poderiam acumular água. Cassiano Dreifke da Silva orientou que a população preenchesse os vasos com areia, evitasse utilizar pratinhos que acumulassem água e colocasse as flores artificiais em recipientes adequados, que não favorecessem o acúmulo de água parada. Ressaltou que a prevenção depende também da colaboração dos moradores, pois todos precisam fazer sua parte para evitar a proliferação do mosquito transmissor da dengue. O vereador destacou que o município já enfrentou diversos casos da doença e afirmou que a prevenção é o melhor caminho para evitar novos problemas. Por isso, reforçou a importância de conscientizar a população sobre os cuidados necessários durante as visitas aos cemitérios no período de Finados, conciliando as homenagens aos entes queridos com medidas de proteção à saúde pública. Por fim, Cassiano Dreifke da Silva comentou a eleição realizada no domingo anterior. Referiu-se ao resultado como uma virada histórica em favor do governo do candidato Lula, afirmando que nunca havia visto no Brasil uma mudança eleitoral daquela proporção. Também mencionou como um fato novo o pedido do ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin para que a votação fosse prorrogada por mais duas horas. Ressaltou que não pretendia fazer acusações, mas considerava importante mencionar o acontecimento, por entender que se tratava de uma situação inédita em uma eleição nacional. O vereador declarou que havia votado pela mudança, pois, na sua avaliação, o país estava enfrentando muitas dificuldades durante o governo atual. Criticou os gastos públicos superiores à

arrecadação e afirmou que, em sua percepção, a população acabava pagando essa conta por meio do aumento dos impostos. Acrescentou que as dificuldades econômicas não eram recentes e atingiam diferentes setores da sociedade, incluindo agricultores, empresários, prestadores de serviços e indústrias. Destacou que o poder de compra dos brasileiros estava diminuindo cada vez mais e afirmou que a população conseguia perceber essa realidade nas despesas cotidianas, especialmente ao realizar compras no supermercado. Segundo o vereador, a situação econômica estava cada vez mais difícil, motivo pelo qual acreditava que o país enfrentaria outros quatro anos de dificuldades. Na sequência, afirmou respeitar a opinião de todas as pessoas, inclusive daquelas que não optaram pelo voto em Flávio Bolsonaro e escolheram o candidato Lula. Entretanto, defendeu que cada cidadão tenha posicionamento diante da situação do país e reflita sobre as dificuldades enfrentadas naquele momento. Manifestou o desejo de que o novo mandato fosse significativamente melhor do que o anterior, apresentando melhorias em diversas áreas. Ao concluir, o vereador afirmou que era necessário manter a fé e a esperança, pedindo a Deus força para que a população pudesse continuar enfrentando os desafios. Reconheceu que a esperança estava diminuindo diante das dificuldades, mas ressaltou que os brasileiros deveriam continuar seguindo em frente, pois não desistem facilmente. Finalizou pedindo a bênção de Deus para o Brasil e agradecendo ao presidente da Câmara pela oportunidade de se manifestar. Após o Grande Expediente, o Presidente desta Casa, atendendo à solicitação dos **Vereadores** Marlene Soares e Gilmar Castanho, concedeu-lhes a palavra para uso do espaço destinado às Lideranças e ao Líder de Governo, respectivamente. Por fim, o Presidente fez uso da palavra. **A Líder de Bancada do PL, Vereador Marlene Soares** manifestou-se sobre o Projeto de Lei nº 048/2026, referente ao SAMU, destacando que, em sua opinião, o serviço deve permanecer junto ao hospital, sem ser transferido para outro local. Como primeiro argumento, ressaltou que a estrutura necessária já está instalada no hospital e que basta dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado. Caso o serviço seja transferido para a Prefeitura, seria necessário começar praticamente do zero, enquanto no hospital já existe uma estrutura organizada e uma equipe que conhece o funcionamento do serviço. A vereadora concordou com a proposta de realizar uma reunião, conforme já mencionado pelos demais colegas, para ouvir os dois lados, analisar a situação e buscar um acordo antes de tomar uma decisão e aprovar o projeto. Defendeu que sejam ouvidos tanto os representantes do hospital quanto o Executivo municipal e a secretária da Saúde, para que os vereadores possam compreender todos os aspectos envolvidos e decidir de maneira consciente. Marlene destacou que, por um lado, é necessário garantir a continuidade do hospital e do SAMU, pois o município não pode ficar sem esse serviço. Por outro, ponderou que também é preciso considerar as responsabilidades da Secretaria da Saúde e da Prefeitura, uma vez que não seria adequado transferir ainda mais atribuições, trabalho e despesas para a administração municipal, especialmente diante das crescentes dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios. Por fim, afirmou ser favorável ao projeto e à permanência do

SAMU no local onde atualmente funciona. Reforçou, entretanto, que considera fundamental realizar a reunião e ouvir os dois lados antes de chegar a uma decisão. Ao encerrar, agradeceu ao presidente. **O Líder de Governo, Vereador Gilmar Castanho,** iniciou sua manifestação reconhecendo que, ao utilizar a tribuna anteriormente, acabou esquecendo de mencionar os funcionários públicos, categoria à qual também pertence. Parabenizou todos pelo Dia do Funcionário Público e destacou que o município só alcança os resultados que possui graças ao funcionalismo público. Ressaltou que os servidores são pessoas dedicadas e que todos os setores municipais funcionam bem devido ao empenho dos profissionais, que se dedicam cada vez mais para prestar um excelente serviço à população. Afirmou que sempre defendeu a valorização dos funcionários públicos e esteve ao lado deles na defesa de suas reivindicações. Destacou que, gradualmente, a categoria vem conquistando avanços e melhorias. Comentou que, diante da decadência das empresas, muitas pessoas poderão passar a desejar ingressar no serviço público, uma vez que, apesar de os salários muitas vezes serem baixos, a profissão oferece estabilidade. Acrescentou que, caso a economia continue em declínio, empresas poderão fechar, haverá menos oportunidades de emprego e algumas poderão reduzir salários para conseguir se manter. Nesse sentido, dirigiu-se a Odelei Backes, afirmando que muitos poderão desejar ocupar o lugar dos servidores públicos diante das dificuldades econômicas. Em relação à situação do SAMU e do Hospital, Gilmar ressaltou que todos conhecem sua posição de defesa da instituição. Recordou que, quando um vereador da oposição ainda ocupava uma cadeira na Câmara, ele se posicionou contra o hospital, enquanto Gilmar saiu em defesa da instituição, buscando evitar que ela sofresse grandes prejuízos por meio de processos judiciais. Afirmou que sempre foi um defensor do hospital e atribuiu os atuais apontamentos do Tribunal de Contas e do Ministério Público às diversas denúncias que, segundo ele, foram realizadas anteriormente por esse ex-vereador, que teria levado questões relacionadas ao hospital à Justiça. Na sua avaliação, essas denúncias fizeram com que os órgãos de controle passassem a direcionar maior atenção à instituição. Gilmar afirmou conhecer hospitais de outros locais que, em sua avaliação, apresentam estruturas inferiores e são menos organizados do que o Hospital de Chapada, mas que não enfrentam o mesmo nível de fiscalização que, segundo ele, a instituição local vem recebendo. Atribuiu essa situação às ações do ex-vereador, que, conforme mencionou, pertencia ao MDB e posteriormente passou para o PL, causando prejuízos ao hospital. Entretanto, ponderou que também é necessário considerar a responsabilidade administrativa da Prefeitura. Destacou que não se pode criar uma situação que coloque o prefeito em risco de responder judicialmente no futuro. Por isso, defendeu que os procedimentos sejam realizados corretamente, observando a legislação. Ressaltou que, se o Tribunal de Contas apresentou apontamentos, é necessário verificar o que está irregular e corrigir os problemas identificados. Caso exista amparo legal, afirmou que o município deve continuar auxiliando o hospital. Contudo, considerou fundamental compreender primeiro o que está acontecendo, corrigir as irregularidades e garantir que a instituição continue

recebendo os recursos necessários, sem expor o prefeito a possíveis consequências judiciais. Por fim, Gilmar comparou a situação com as práticas observadas durante o período eleitoral. Comentou que, nas eleições, há situações em que benefícios, como aumentos no Bolsa Família, distribuição de vales e oferta de transporte gratuito, são concedidos em época de campanha, sem que, em sua avaliação, a Justiça Eleitoral tome as mesmas providências. Em contrapartida, afirmou que, caso os vereadores utilizem a transmissão das sessões ou façam alguma declaração considerada inadequada durante o período eleitoral, poderão ser responsabilizados perante a Justiça Eleitoral. Criticou, assim, o que considera uma diferença de tratamento em relação à União e reforçou a necessidade de cautela com os aspectos legais, para evitar que o Executivo municipal seja responsabilizado judicialmente e que o município venha a sofrer prejuízos. Ao encerrar, agradeceu ao presidente. **O Presidente desta Casa, Vereador Leonardo André Krindges**, parabenizou todos os servidores públicos, destacando que os vereadores também são, de certa forma, servidores, pois as demandas chegam até eles, ao prefeito e aos secretários. Ressaltou que o trabalho realizado no município não seria possível sem os servidores e colaboradores que estão à frente das melhorias, das obras e dos serviços prestados diariamente. Enfatizou que, faça chuva ou faça sol, esses profissionais permanecem dedicados ao município. Em relação ao convênio entre o Hospital e o SAMU, informou que já havia conversado com Mayara Adelaide, convidando-a para participar de uma reunião com os vereadores. Destacou que o SAMU está presente no município há aproximadamente 15 anos e que, até então, o custeio seguia a divisão de 50% de responsabilidade federal, 25% estadual e 25% municipal. No entanto, explicou que, a partir deste ano, o município passou a pagar cerca de R$ 6 mil a mais, após o encaminhamento do projeto pelo prefeito Gelson, situação que gerou apontamentos dos órgãos competentes. Leonardo ressaltou que os vereadores estão dispostos a ouvir tanto a administração municipal quanto o hospital para compreender melhor a situação. Informou, ainda, que seria realizada uma reunião com Mayara Delai no dia seguinte. Por fim, solicitou ao assessor jurídico Marlon que apresentasse alguns tópicos referentes às informações encaminhadas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, para que os vereadores pudessem compreender os apontamentos recebidos. Ao fazer uso da palavra, o **Assessor Jurídico Marlon Kamphorst** cumprimentou a todos os presentes, os vereadores, os colegas, os servidores da Câmara e as pessoas que acompanhavam a sessão. Em seguida, agradeceu pela oportunidade de se manifestar e informou que abordaria diretamente o Projeto de Lei nº 048/2026, que altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 4.359/2024, modificada pela Lei Municipal nº 4.460/2025. Para contextualizar o assunto, explicou que, geralmente, no início do ano, tanto da gestão municipal quanto dos trabalhos da Câmara, é encaminhado um projeto referente ao convênio entre o município, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o Hospital Beneficente São José. Relatou que acompanha esse procedimento desde 2021, período em que atua como assessor jurídico, tendo acompanhado os convênios dos anos de 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026. Marlon explicou que o convênio de 2024 foi elaborado

conforme a portaria que regulamenta o financiamento do SAMU por meio de uma composição tripartite. Nesse modelo, 50% dos custos de manutenção do serviço são de responsabilidade da União, 25% do Estado e até 25% do município. Segundo ele, esse formato vinha sendo adotado há vários anos. Posteriormente, ocorreu uma alteração legislativa encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores, resultando na Lei Municipal nº 4.460/2025, que modificou os valores dos repasses. Conforme explicou, foram mantidos os percentuais de 50% da União e 25% do Estado, enquanto a participação do município foi ampliada de 25% para aproximadamente 32% ou 33%. O assessor informou que, no ofício lido durante a sessão, o hospital esclareceu os valores envolvidos no financiamento do serviço. Explicou que o valor total mensal destinado à manutenção do SAMU, estabelecido pela União, corresponde a R$ 37.526,68. Desse montante, metade, aproximadamente R$ 18.763,00, deve ser repassada pela União. Já o Estado e o município são responsáveis, cada um, por 25%, correspondentes a aproximadamente R$ 9.380,00. Entretanto, conforme relatou, desde janeiro daquele ano o município passou a contribuir com um valor adicional de aproximadamente R$ 6.830,00. Dessa forma, a participação municipal aumentou consideravelmente, aproximando-se de 50% do valor que seria repassado pela União, conforme as informações apresentadas pelo hospital. Na sequência, Marlon explicou o apontamento realizado pelo Tribunal de Contas em relação aos valores repassados pelo município. Esclareceu que os recursos provenientes da União e do Estado são encaminhados ao município, que fica responsável por administrá-los e realizar os repasses ao hospital por meio do convênio firmado entre as partes. Segundo o assessor, o apontamento consiste no fato de que o município estaria repassando valores superiores aos limites previstos no modelo de financiamento do SAMU, de modo que a soma dos recursos ultrapassaria o total estabelecido para a manutenção do serviço. O valor adicional pago pelo município, ao exceder o percentual de 25% previsto originalmente, gerou o questionamento do órgão fiscalizador. Explicou que o Projeto de Lei nº 048/2026 busca retornar ao sistema de financiamento previsto nas legislações de 2024 e 2025, estabelecendo novamente a divisão dos recursos em 50% provenientes da União, 25% do Estado e 25% do município. Acrescentou que a proposta também modifica disposições relacionadas à prestação de contas e à atualização dos valores. O assessor destacou ainda o parágrafo quarto do projeto, que considera especialmente importante para a compreensão da situação. Conforme explicou, esse dispositivo estabelece que, caso exista uma pactuação formal no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), poderá ser adotada uma forma diferente de financiamento, desde que devidamente justificada. Nesse ponto, relacionou a explicação às observações feitas pelo vereador Agenor Finck e esclareceu que, após o apontamento do Tribunal de Contas, a Prefeitura Municipal encaminhou solicitações aos órgãos responsáveis pela pactuação dos recursos. Explicou que existem dois órgãos envolvidos nesse processo: a Comissão Intergestores Regional (CIR), de abrangência regional, e a Comissão Intergestores Bipartite (CIB), de âmbito estadual. Marlon informou que, em 26 de junho de 2026, o município

encaminhou a questão inicialmente à CIR, solicitando a avaliação da possibilidade de realizar pagamentos superiores aos percentuais originalmente previstos, considerando a necessidade de manter o convênio em funcionamento. Conforme relatou, a comissão regional, vinculada à 15ª Região de Saúde, aprovou a possibilidade de realização desse pagamento adicional. Posteriormente, em 6 de agosto de 2026, o município encaminhou o Ofício nº 23/2026 à CIB, órgão estadual que conta com a representação da Secretaria Estadual da Saúde. Explicou que caberia a essa comissão analisar a possibilidade de complementação dos recursos e autorizar formalmente a adoção de uma sistemática diferente de financiamento. Entretanto, conforme o assessor destacou, o projeto encaminhado pelo prefeito informava que, até aquele momento, ainda não havia sido concluída a análise pela CIB. Assim, apesar da aprovação regional, permanecia pendente a manifestação do órgão estadual responsável pela autorização definitiva da complementação dos valores. Em seguida, Marlon retomou o apontamento do Tribunal de Contas mencionado pelo vereador Agenor Finck. Leu o trecho referente à Portaria de Consolidação nº 6, de 2017, cujo artigo 938 estabelece que as despesas mensais de custeio do SAMU são de responsabilidade tripartite, cabendo 50% à União, 25% ao Estado e 25% ao município. Também mencionou o artigo 40 da Portaria nº 1.010, de 2012, do Ministério da Saúde, que admite a complementação de recursos pelos estados e municípios, desde que esteja em conformidade com a pactuação estabelecida na Comissão Intergestores Bipartite. Ressaltou que essa previsão também consta no apontamento do Tribunal de Contas. O assessor explicou que, caso a autorização do órgão estadual seja concedida, o município poderá contar com o respaldo necessário para realizar o pagamento adicional, atendendo às condições indicadas pelo Tribunal de Contas. Assim, a possibilidade de complementar os recursos existe, desde que sejam cumpridos os procedimentos e as exigências estabelecidos na regulamentação. Ao apresentar sua avaliação, Marlon reconheceu que o município procurou auxiliar o Hospital Beneficente São José, que necessita de recursos para manter o serviço. Contudo, afirmou entender que a consulta à CIR e à CIB deveria ter sido realizada antes da elaboração do projeto legislativo que modificou o convênio e aumentou o valor dos repasses. Por fim, explicou que, diante do apontamento do Tribunal de Contas e da ausência de autorização formal da CIB, o prefeito enfrenta uma situação em que os repasses adicionais podem ser considerados irregulares, por ultrapassarem os limites previstos sem a devida autorização estadual. Encerrou colocando-se à disposição dos vereadores para prestar outros esclarecimentos sobre o projeto e o financiamento do SAMU. O Presidente declarou encerrado o Grande Expediente e, na sequência, declarou aberta a Terceira Fase da Sessão, que é a **ORDEM DO DIA,** solicitando a verificação do quórum, o qual foi constatado. Após, o Presidente solicitou ao Segundo-Secretário Vereador Odelei Backes para que procedesse a leitura do parecer da Comissão de Orçamento e Finanças sobre o **PROJETO DE LEI Nº 045/2026** que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2027 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO". Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural: RELATOR:

Vereador Cassiano Dreifke da Silva, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 045/2026, conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereadora Marlene Soares votou de acordo com o voto do Relator e parecer jurídico; PRESIDENTE: Vereadora Gelci Baudino de Moura, votou de acordo com o voto do Relator. Após, o Presidente declarou aberta a fase de discussão do Projeto de Lei nº 045/2026, não havendo nenhum Vereador inscrito. Em seguida, o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 045/2026, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos. Na sequência, o Presidente solicitou ao Segundo-Secretário Vereador Odelei Backes para que procedesse a leitura do parecer das Comissões sobre o **PROJETO DE LEI Nº 047/2026** que "Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente Fiscal Sanitário por excepcional interesse público, e dá outras providências. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Bem Estar Social, sendo: RELATORA: Vereadora Marlei Inês Ritterbusch, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 047/2026, pois o mesmo é legal e constitucional e conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereador Agenor Finck, manifestou-se favorável ao voto da Relatora; PRESIDENTE: Vereador Gilmar Castanho, manifestou-se favorável ao voto da Relatora. Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural: RELATOR: Vereador Cassiano Dreifke da Silva, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 047/2026, conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereadora Marlene Soares votou de acordo com o voto do Relator e parecer jurídico; PRESIDENTE: Vereadora Gelci Baudino de Moura, votou de acordo com o voto do Relator. Após, o Presidente declarou aberta a fase de discussão do Projeto de Lei nº 047/2026, não havendo nenhum Vereador inscrito. Em seguida, o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 047/2026, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos. Ato continuo, o Presidente solicitou ao Segundo-Secretário Vereador Odelei Backes para que procedesse a leitura do parecer das Comissões sobre o **PROJETO DE LEI Nº 049/2026** que "Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.856/2017". Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Bem Estar Social, sendo: RELATORA: Vereadora Marlei Inês Ritterbusch, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 049/2026, pois o mesmo é legal e constitucional e conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereador Agenor Finck, manifestou-se favorável ao voto da Relatora; PRESIDENTE: Vereador Gilmar Castanho, manifestou-se favorável ao voto da Relatora. Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural: RELATOR: Vereador Cassiano Dreifke da Silva, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 049/2026, conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereadora Marlene Soares votou de acordo com o voto do Relator e parecer jurídico; PRESIDENTE: Vereadora Gelci Baudino de Moura, votou de acordo com o voto do Relator. Após, o Presidente declarou aberta a fase de discussão do Projeto de Lei nº 049/2026, não havendo nenhum Vereador inscrito. Em seguida, o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 049/2026, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos. Não havendo matérias constante a Ordem do Dia, o Presidente encerrou está fase e passou para a Quarta Fase, destinada as **COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES**, pelo tempo máximo de cinco minutos, vedado o aparte de acordo com o § 2º do Art. 58 do Regimento Interno. Nesta fase o



Presidente apresentou dois ofícios. O primeiro, encaminhado pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Campus Carazinho, assinado pelo diretor do campus, Sílvio Medeiros Joaquim, solicita espaço na tribuna para divulgar o próximo vestibular, com destaque para a implantação do curso de Psicologia e as oportunidades de acesso ao ensino superior, incluindo bolsas de estudo e auxílios financeiros. A participação está prevista para a sessão do dia 3 de novembro. O segundo ofício, nº 01/2026, encaminhado pelo Rotary Club de Chapada, assinado pelo presidente Gilberto Garcia, solicita espaço de dez minutos na tribuna para apresentar a fundação do clube no município, seus objetivos e ações comunitárias. Destacou-se que a renda de um jantar promovido pela entidade será destinada ao projeto Rotary Noel, voltado ao apoio de famílias em situação de vulnerabilidade social. O Presidente informou que as duas entidades terão espaço nas próximas sessões para apresentar os respectivos assuntos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e, invocando a proteção de Deus, declarou encerrado os trabalhos desta Sessão Plenária Ordinária. A Primeira-Secretária determinou que fosse lavrada a Ata, tendo após sido lida e aprovada por unanimidade de votos e será assinada pela Primeira-Secretária e pelo Senhor Presidente.

Chapada/RS, Plenário Annildo Becker, em 27 de outubro de 2026.

| | |
|---|---|
| Leonardo André Krindges | Marlei Inês Ritterbusch |
| Presidente do Poder Legislativo | Primeira-Secretária do Poder Legislativo |